

UM ESCLARECIMENTO SOBRE O AUMENTO DAS PENSÕES EM 2024 DOS QUE SE REFORMARAM OU APOSENTARAM EM 2023 PARA RESPONDER A MUITOS LEITORES

MAIS UMA INJUSTIÇA FEITA AOS PENSIONISTAS PELO GOVERNO DE ANTÓNIO COSTA, MAIS UM LEGADO DEIXADO QUE COSTA NÃO FALOU NO SEU DISCURSO DO NATAL SOBRE O PAIS "COR-DE-ROSA"

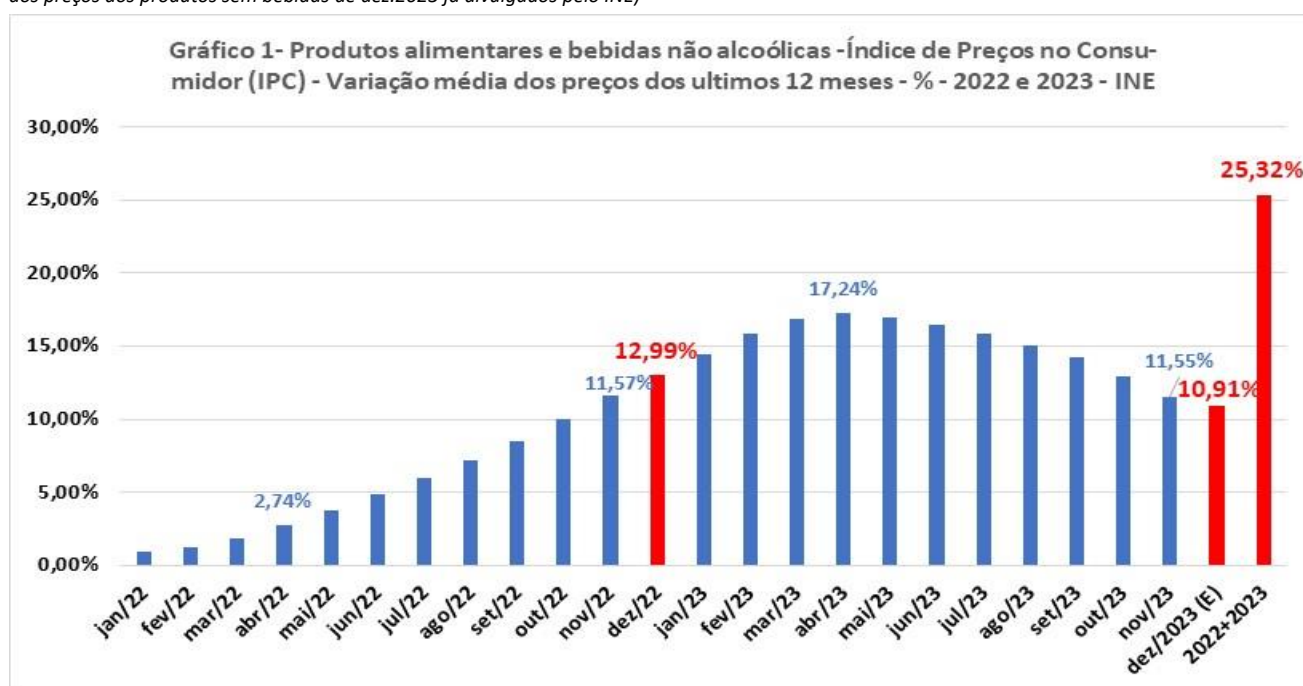
O governo de António Costa ainda em funções publicou em 11/12/2023 a Portaria 424/2023 com os aumentos das pensões em 2024. De acordo com o nº1 do art.º 2º desta Portaria os aumentos de 6%, 5,65% e 5% só se aplicam às pensões "atribuídas anteriormente a 1 de janeiro de 2023". Portanto, todos aqueles que se reformaram ou aposentaram em 2023 e não tiveram direito ao aumento das pensões de 2023 também não terão direito ao aumento das pensões de 2024. Para além das suas pensões não serem atualizadas durante dois anos apesar da escalada de preços, elas foram calculadas com base nos salários de 2021 e 2022 não atualizadas, que os prejudicou também. E isto apesar da Segurança Social apresentar no fim de novembro de 2023 um saldo positivo de 4800 milhões € (em nov.2022 o saldo foi de 3813 milhões €) segundo a DGO do Ministério das Finanças. APESAR DAS NOSSAS SUCESSIVAS DENÚNCIAS, INFELIZMENTE NENHUMA ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E APOSENTADOS TEVE AINDA A INICIATIVA DE FAZER UMA PETIÇÃO A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOLICITANDO QUE ACABE COM ESTA GRAVE INJUSTIÇA QUE SOFRERAM OS TRABALHADORES QUE JÁ SE REFORMARAM E APOSENTARAM ASSIM COMO OS QUE SE REFORMAREM OU APOSENTAREM NO FUTURO. APESAR DOS NOSSOS APELOS DIVERSAS VEZES NADA AINDA FOI FEITO. TAMBÉM A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR INICIATIVA DE ALGUM PARTIDO, NÃO TOMOU AINDA A DECISÃO PARA ACABAR COM ESTA INJUSTIÇA ESCANDALOSA, QUE REDUZ AINDA MAIS AS PENSÕES DE POBREZA ATUAIS E FUTURAS. RENOVAMOS O NOSSO PEDIDO PARA UMA PETIÇÃO OU PARA QUE A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ACABE COM ESTA GRAVE INJUSTIÇA QUE PREJUICA ESSENCIALMENTE OS PORTUGUESES COM MENORES RECURSOS

EM 2023 OS PREÇOS DA ALIMENTAÇÃO AUMENTARAM 10,9%, O QUE SOMADO À SUBIDA DE 2022 (12,99%) FAZ QUE, EM 2 ANOS APENAS (2022+2023), OS PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES TENHAM AUMENTADO NO PAÍS EM 25,3%, ENQUANTO AS PENSÕES SUBIRAM 7,8% E OS SALÁRIOS EM MÉDIA 11,9% . MEDINA GABA-SE DO ENORME EXCEDENTE ORÇAMENTAL, MAS ESQUECE QUE FOI À CUSTA DA POBREZA E DIFICULDADES DOS PORTUGUESES

O governo e a comunicação social têm procurado "vender" à população a ideia de que não existem razões para se queixarem dos preços porque estes têm descido muito. Em dez.2023, a inflação até foi apenas de 1,5% dizem eles manipulando os dados, pois propositadamente confundem a inflação anual com inflação homóloga de dez.2023. Mas os portugueses não sentem a descida no seu dia a dia, nomeadamente naquilo que tem maior peso no orçamento para a maioria das famílias, que são os preços dos produtos alimentares. E têm razão para isso como vamos provar .

O LEGADO DEIXADO PELO GOVERNO DE COSTA: o aumento brutal dos preços da alimentação, a componente que tem maior peso no orçamento das famílias das classes de baixos rendimentos

Como revelam dados do INE, que o governo e a generalidade dos órgãos de comunicação têm ignorado, mas que utilizamos para construir o gráfico 1, por ser de leitura mais clara e rápida, o aumento dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas foi também muito elevado em 2023 (o valor de dez.2023 estimamos com base no aumento dos preços dos produtos sem bebidas de dez.2023 já divulgados pelo INE)



Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Segundo o INE, a média dos preços dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas nos 12 meses de 2022 (inflação anual) foi superior à média de 2021 em 12,99%, e a média dos preços nos 12 meses de 2023 foi superior à média de 2022 em 10,9% (é a nossa estimativa, o INE em nov.2023 divulgou que a subida tinha sido de 11,55% -ver gráfico). Isto significa que ao aumento de 12,99% em 2022 foi acrescentado uma subida de mais 10,9% nos preços dos produtos alimentares e bebidas alcoólicas em 2023. Fazendo os cálculos apropriados (capitalização) obtém-se um aumento de 25,3% nos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas em apenas 2 anos no nosso país. É um aumento brutal de preços que a propagando governamental, auxiliada pela maioria dos media, tem procurado ocultar aos portugueses. Os portugueses têm razão quando, confrontados por jornalistas nos mercados, lhes perguntam se não têm sentido a baixa dos preços, respondem que não e que a vida está cada vez mais difícil, e impossível com o rendimento que têm.

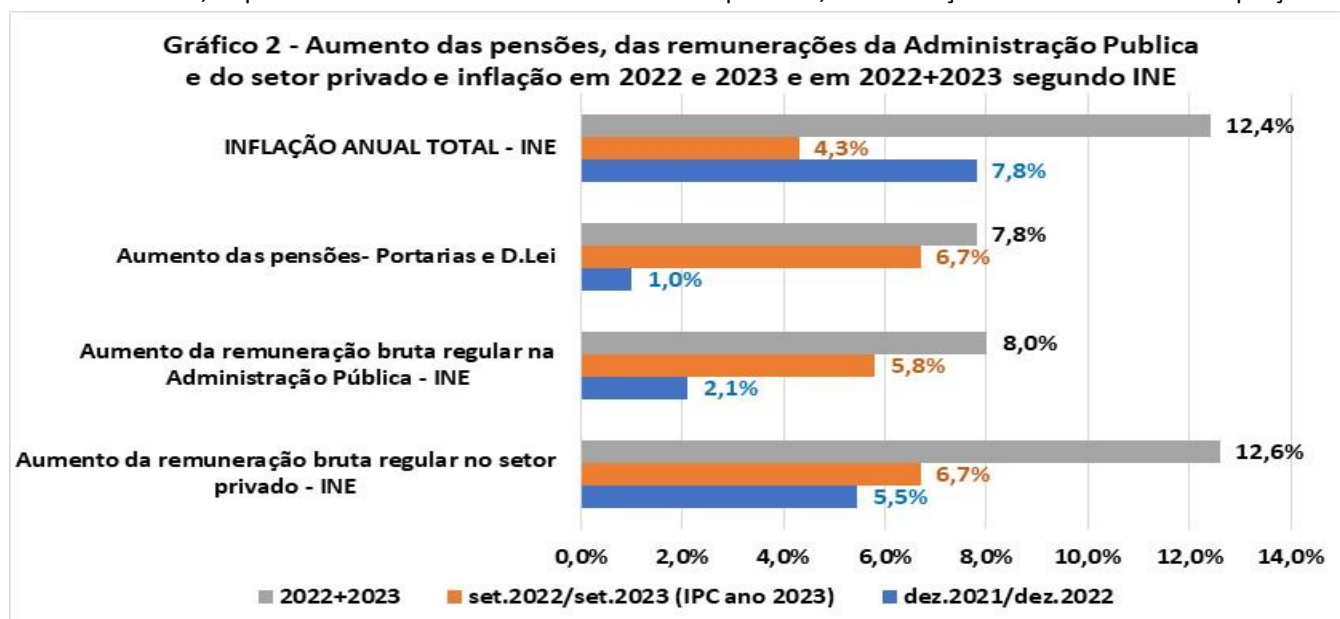
O estudo com o título “ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS EM PORTUGAL” de Marta Homem e Sousa que está disponível no “site” do INE, do qual retiramos o quadro 1, mostra que o peso da despesa com a alimentação no orçamento familiar varia muito de acordo com a classe de rendimento do agregado familiar

População repartida por decis (população dividida em grupos de 10% e segundo uma escala crescente de rendimento)	1º decil (os 10% da população mais pobres)	2º decil	3º decil	4º decil	5º decil	6º decil	7º decil	8º decil	9º decil	10º decil (os 10% da população mais ricos)
Percentagem do orçamento familiar gasto com "Alimentação e bebidas não alcoólicas"	46%	38%	34%	34%	30%	28%	24%	21%	17%	12%

Como mostram os dados do quadro quanto maior é o rendimento das famílias menor é a percentagem que a despesa com a alimentação representa na total da despesa da família. Para os 10% das famílias mais pobres a despesa com a alimentação representa 46% da despesa mensal, enquanto para as 10% famílias com rendimentos mais elevados a despesa com alimentação representa apenas 12% da despesa total. Portanto, um aumento de preços de 25,3% para quem gasta 46% do seu orçamental com alimentação tem um impacto muito maior do quem gasta apenas 12% com alimentação. É por esta razão que este aumento brutal dos preços da alimentação mesmo em 2023 tem um impacto enorme nas famílias de baixos rendimentos. Na inflação oficial (INE), que compara a média dos preços num ano com a media do ano anterior, a despesa com “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” representa apenas 20% da despesa mensal das famílias, o que distorce o valor oficial da inflação anual para um grande número de famílias.

AUMENTO DAS PENSÕES E REMUNERAÇÕES EM 2022 E 2023 FOI INFERIOR Á SUBIDA DA INFLAÇÃO DO INE NOS 2 ANOS

O gráfico 2, com dados de diplomas do governo e do INE, mostra de uma forma clara, sintética e objetiva na linguagem fria dos números, o que se verificou em 2022 e 2023 a nível de pensões, remunerações e aumento anual de preços.



NOTA: O aumento intercalar das pensões em 2023 só começou a vigorar a partir de junho por isso teve-se de anualizar esse aumento

Eugénio Rosa – economista – outros estudos disponíveis em pastas em www.eugeniorosa.com pág. 2

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

A inflação anual total inclui todas as classes de despesa – alimentação, habitação, transportes, saúde, etc. – e calcula-se da mesma forma que explicamos para os produtos alimentares: compara a média dos preços de um ano com a média dos preços do ano anterior. Segundo o INE a inflação anual foi de 7,8% em 2022 e de 4,3% em 2023 o que dá, para o conjunto dos 2 anos, um aumento geral de preços de 12,4%. Mas este valor está subestimado pelo menos por duas razões: (1) Porque considera que a despesa com “*produtos alimentares e bebidas não alcoólicas*” representa apenas 20% da despesa total mensal das famílias quando, para maioria delas, é uma percentagem muito maior como provamos; (2) Porque o aumento brutal das taxas de juro do crédito à habitação, que está a sufocar centenas de milhares de famílias, não é considerado no cálculo da inflação pelo INE, porque este considera essa despesa como um investimento. E entre dez.2021 e nov.2023, os juros do crédito à habitação aumentaram 510% (6,1 vezes mais). Mesmo subestimada pelo INE ela atingiu nos dois anos (2022+2023) 12,4% o que determinou que **o poder de compra dos pensionistas nestes dois anos tenha diminuído -4%, os trabalhadores da Administração Pública tenham perdido 3,9% do seu poder de compra, e que o poder de compra dos trabalhadores do setor privado tenha estagnado**. Esta é a realidade fria dos números que contraria “*o país cor-de-rosa*” que António Costa deu no seu discurso de Natal.

POBREZA E DESIGUALDADES AUMENTAM EM PORTUGAL ENTRE 2021 E 2022, É O PRÓPRIO INE QUE O AFIRMA

Os dados do quadro 2, que são do INE, mostram o aumento da pobreza no nosso país e as crescentes desigualdades, que António Costa ignorou no seu discurso, não tendo a atenção de dirigir uma palavra de conforto e apoio a estes milhões de portugueses desfavorecidos que mereciam mais respeito.

Quadro 2 - O aumento da pobreza e da desigualdade em Portugal entre 2021 e 2022 segundo o INE

RÚBRICAS	2021	2022
Limiar de risco de pobreza - valor mensal (14 meses)	472 €	507 €
MEDIANA DOS RENDIMENTOS DOS PORTUGUESES - valor mensal (14 meses)	787 €	845 €
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)		
Após transferências sociais - percentagem da população na pobreza	16,4%	17,0%
Indicadores de desigualdade do rendimento		
Coeficiente de Gini	32,0	33,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	5,1	5,6
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	8,5	9,7

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018-2023 - INE

Em 2022, um português com um rendimento mensal superior a 507€ já não era considera pobre pelo INE, mesmo assim 17% da população (*1,78 milhões de portugueses*) estavam no limiar da pobreza. Entre 2021 e 2022, todos os indicadores de desigualdade pioraram. Em 2022 o rendimento dos 20% mais ricos foi 5,6 vezes superior ao rendimento dos 20% mais pobres quando em 2021 era 5,1 vezes, e o rendimento dos 10% mais ricos foi superior 9,7 vezes ao dos 10% mais pobres quando, em 2021, era 8,5 vezes mais. O coeficiente de Geni, que mede também as desigualdades, aumentou de 32% para 33,7%. Em 2022, metade dos portugueses tinha um rendimento mensal igual ou inferior a 845€ brutos por mês. Este é também uma face do “*país-cor-de rosa*” (*os eternos esquecidos*) que Costa não devia ter também ignorado no seu discurso de Natal quando falou do país de “*contas certas e excedente orçamental*”.

Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 3/1/2024